

RESENHA

Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. (org.) Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 352 p.**Paula Gomes Moreira²⁵**

Seguindo a tradição de intelectuais brasileiros que se propõem a ampliar o debate em torno da Análise de Política Externa (APE), o livro organizado por Letícia Pinheiro e Carlos Milani apresenta a contribuição de autores que têm como proposta apresentar uma visão para além daquela que mostra os traços de continuidade da política externa brasileira, tendo como eixo principal a internacionalização das políticas públicas, fenômeno que se intensificou com o processo de redemocratização política do país em início dos anos 1990. A ampliação do debate público em torno dos temas relacionados a atuação do país na esfera internacional trouxe mudanças na forma como são conduzidas essas políticas, além de permitir a entrada de novas áreas e agências que passaram a atuar de acordo com seus interesses.

No campo dos direitos humanos Carlos Milani aponta que esta foi uma das áreas que mais se fortaleceu após o retorno da democracia ao país. Como consequência dessa mudança no regime político, ele aponta a politização do tema – ou o que Sérgio Vieira de Mello denominava como hiperpolitização – e a pluralização dos atores com visões e discursos diferenciados acerca da política externa brasileira no campo dos direitos humanos. O autor defende a ideia de revisão dos estudos que tendem a considerar o Itamaraty como única instituição a realizar e conduzir a política externa.

Thiago Melamed de Menezes vai problematizar essa relação entre o doméstico e o internacional ao tratar da interação entre o Brasil e o sistema da Organização das Nações Unidas de direitos humanos. Tendo sua trajetória profissional ligada ao campo dos direitos humanos, Menezes inicia seu texto com o resgate da corrente de pensamento contratualista, que vê tais direitos como naturais e anteriores à formação das sociedades, ou seja, direitos que o Estado deve reconhecer e garantir a todos os cidadãos. O Conselho de Direitos Humanos da ONU

(Organização das Nações Unidas) é analisado à luz dessa corrente. Criado em 2006, o Conselho é um esforço dos países de se engajarem de forma construtiva para que não ocorram violações massivas dos direitos humanos. Um dos campos nos quais o Brasil teve atuação fundamental, uma vez que o país fez parte do primeiro grupo de países a serem examinados por mecanismos de avaliação da ONU. O autor vê como muito positiva a avaliação do Brasil devido, principalmente, a participação social doméstica.

Para Mônica Lessa, Miriam Saraiva e Dhiego Mapa, essa ampliação do debate público da política externa pode também ser visualizada no que tange a questão da cultura. Os autores, seguindo a linha de pensamento dos demais autores do livro, destacam tanto a continuidade como as descontinuidades da política externa brasileira. Ou seja, concomitante o tradicional papel do Itamaraty como a agência burocrática especializada nos assuntos relativos as ações internacionais do país, passam a surgir outros autores interessados no tema. Nesse cenário a cultura aparece como um instrumento do país na consolidação de seus interesses. A cultura torna-se uma meio que estreita os laços do Brasil com os países vizinhos, cria a ideia de identidade e auxilia na formação de blocos regionais.

Como exemplo, Monique Badaró apresenta a intensa mobilidade artística internacional realizada pelo estado da Bahia no ano de 2007. Seguindo a visão da cultura como um instrumento de poder, a autora contrasta com a ideia de desvinculação da cultura ao seu lugar de origem, uma vez que a grande intensidade fluxos permite a criação de novas identidades. Ao mesmo tempo em que esse movimento é um objeto de política pública por parte dos Estados nacionais e em menor escala pelas unidades subnacionais, impondo novas reflexões sobre as identidades culturais.

Sendo igualmente importante na formação de novas identidades, pode-se apontar a educação como um dos temas centrais para a política externa do país. Sobre esse tópico, Letícia Pinheiro e Gregory Beshara discutem a construção de identidade a partir da educação visando à consolidação de uma nova

25. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



comunidade política na América do Sul. Os autores investigam como se deu a entrada da política no processo decisório de política externa no campo da educação. Os autores mostram como a politização do tema ocorreu a partir dos questionamentos no interior da máquina burocrática por parte dos ministérios, e se essa questão deveria ser deixada somente nas mãos do Ministério das Relações Exteriores ou se outras agências governamentais poderiam de alguma forma influir nesse processo. Assim, os autores analisam o caso das escolas de fronteira, cuja proposta é de formação bilíngue de alunos e professores, no intuito de criar desde a infância a ideia de uma identidade comum.

Alessandro Candeas, ao contrário, preocupa-se com a educação superior argumentando que o prestígio externo da agenda educacional pode criar novas oportunidades de desenvolvimento e cooperação internacional para o país. Assim como a cultura, a educação é do ponto de vista do autor, a oportunidade do país conhecer melhor as sociedades vizinhas, de forma que sejam superados preconceitos e que os indivíduos passem a se relacionar melhor, criando dessa forma uma parceria entre diplomacia e educação.

Outra parceria que pode ser apontada como um caso de sucesso para a política externa brasileira é da saúde e diplomacia. André de Mello e Souza mostra como os temas de saúde pública têm dominado as discussões em fóruns bilaterais, regionais e multilaterais, locais nos quais os representantes do país no exterior têm obtido grandes conquistas. O caso da quebra de patentes dos medicamentos para o tratamento da AIDS

(Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é um exemplo de como a atuação do Brasil no meio internacional foi importante para o sucesso das políticas domésticas de saúde, servindo de exemplo, inclusive, para outros países. Paulo Marchiori Buss e José Roberto Ferreira argumentam que esse sucesso obtido no campo da saúde em geral só foi alcançado em função da maior cooperação com os países do Sul. A cooperação Sul-Sul mostrou-se como uma alternativa à política externa brasileira ao modelo dominante de cooperação internacional, que tende a manter os receptores da ajuda como dependentes, ao contrário da cooperação horizontal que traz vantagens mútuas para os países parceiros em desenvolvimento.

É no campo da cooperação ainda, que o fenômeno da para-diplomacia mostra-se mais atuante. Para Mónica Salomón, a internacionalização das políticas públicas, conjugados os esforços de atuação internacional de entidades subnacionais, fez com que nos últimos anos fossem criadas as condições para que se estabelecessem ações externas conduzidas por outros atores que não o Itamaraty. Sobre o mesmo ponto, Alberto Kleiman e Gustavo de Lima Cezario, mostram como do ponto de vista da política externa tradicional essa atuação é algo menor, ou até mesmo marginal, porém sendo vista como principal e dinâmica aos olhos dos gestores públicos.

Por fim, o livro apresenta-se como uma leitura fundamental para os analistas de política externa, sobretudo aqueles que se debruçam sobre a atuação de atores locais, nacionais, transnacionais e internacionais na nova arena decisória de política externa no país.

